

Prorrogação afeta a missão de Sarney

Da sucursal de
BRASILIA

A prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores foi uma vitória do PDS e do governo, na medida em que houve coincidência de interesses de ambos, ao mesmo tempo em que o tumulto gerado, na sua votação, afetou perigosamente a missão Sarney.

Em tom irônico, o presidente do PP, senador Tancredo Neves, que chegou a reclamar de Sarney procuração do presidente Figueiredo, passada em cartório, com três testemunhas idôneas, assinalava, no fim de semana, que "a sessão do Congresso que votou a prorrogação foi a primeira resposta à disposição do presidente do PDS de estabelecer o diálogo com os partidos de oposição.

Em outro tom, porém na mesma linha, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) acha que a missão Sarney foi prejudicada exatamente pelo problema de timing, de oportunidade. Segundo ele, os contatos deveriam ter-se iniciado depois, "não antes da votação da polémica proposta de emenda constitucional que deu bonificação de dois anos de mandato a prefeitos e vereadores, à revelia do povo".

Experientes políticos advertem que, no tocante à fácil aprovação da matéria — com apenas um voto do PMDB e assim mesmo desnecessário para sua viabilização —, o triunfo do governo foi fácil porque o interesse do Palácio do Planalto e dos deputados e senadores era pela não realização do pleito, fixado para 15 de novembro. O presidente João Figueiredo não gostaria de submeter seu governo a um teste popular num momento de dramática situação econômico-financeira, que poderia ser agravada, segundo o raciocínio dos tecnocratas, pela necessidade de abrir as torneiras dos dinheiros públicos para ajudar, com obras e programas governamentais, a campanha do PDS. Os políticos, por sua vez, não queriam enfrentar, no meio dos mandatos de deputados, uma campanha municipal para dois anos, com todos os ônus, o cansaço e os gastos da luta pelas Prefeituras.

Eles não creem, porém, que haja facilidades iguais quando, por exemplo, se votar a emenda da restauração das prerrogativas do Legislativo, a não ser, lembram, na eventualidade de que, à falta de providências das Mesas Diretores da Câmara e do Senado, o PDS venha a se unir, em vez de se amedrontar ante a agressividade da oposição e das galerias.

A prorrogação dos mandatos inquietou a área política, principalmente aqueles que começam a se deixar levar pelo pessimismo quanto ao futuro institucional do País e que, apesar da tramitação da emenda Abi-Ackel, restaurando o pleito popular para os governos estaduais, temem um retrocesso institucional. Nesta eventualidade, a prorrogação teria utilidade na medida em que deixou intato o colégio eleitoral que homologou a designação de governadores em 1978 e pode vir a prestar idêntico serviço em 1982.

Além disso, Sarney enfrenta a crescente radicalização das posições políticas no Congresso — que a reforma partidária não conseguiu extinguir — de que foram mostra exuberante os tumultos que assinalaram a discussão e votação da emenda prorrogacionista, sem que haja de parte de setores liberais e conservadores dos partidos de oposição quem assumisse publicamente a responsabilidade de tentar contê-la. Tem contra si a perda do hábito do diálogo, patenteada pelas críticas feitas a Ulysses Guimarães apenas pelo anúncio de que iria receber Sarney e pelo fato menor, embora sintomático, de que, até a hora do encontro, Sarney não sabia onde se situava o atual gabinete do presidente do PMDB.

O deputado Roberto Freyre (PMDB-PE) é dos opositoristas que consideram válida a disposição de Sarney e tem a coragem de proclamá-lo publicamente. Para ele, "deve ser aberto o maior número de canais de comunicação, no Congresso, a fim de que este volte a ser a Casa do diálogo e da negociação e assim tenha condições de reconquistar sua força", o que para ele exclui totalmente a idéia de coalizão ou união nacional.

Sarney parece ser, porém, missionário de fé igual à que animou o falecido Petrônio Portella em agosto de 1977, depois do "pacote" de abril, da cassação do líder da oposição, deputado Alencar Furtado, de acréscimo da Lei Falcão, a procurar o MDB e depois os famosos segmentos da sociedade para a preparação do País e principalmente das Forças Armadas para a idéia da reconstitucionalização. Apesar do ceticismo de muitos, ele assegura que irá até o fim e não excluirá ninguém, razão para, depois do café de Ulysses, Magalhães Pinto e Tancredo Neves, se dispôr ao chamarão de Leonel Brizola e ao "bandeirão" de Luís Ignácio da Silva.

A prorrogação afasta ainda o governo da oposição quando é vista também como manobra do primeiro para municipalizar o pleito de 1982, deslocando o debate nacional e ideológico para o plano do confronto de lideranças locais e de interesses parciais. Detendo o PDS a maioria esmagadora de Prefeituras, somente teria a ganhar com a provincialização da disputa.

Não se esgotam aí as dificuldades do presidente do PDS para restabelecer o diálogo e a transação no Congresso, com o fim de diminuir a influência do radicalismo e garantir a continuidade da abertura política.

Ele enfrenta ainda a fragilidade e o artificialismo das atuais organizações partidárias. Do presidente do PDS se cobra delegação expressa do Palácio do Planalto para se dirigir à oposição, e não de seus deputados e senadores, sob a alegação de que ele ali está por indicação do Palácio do Planalto. Da oposição se reclama que não tem chefes nem interlocutores que expressem seu pensamento, tal a atomização do poder partidário, agregado, a cada evento, pela existência de alas e subalas em constante dissensão.